



STJ

Dez Anos a Serviço da Justiça

DOUTRINA

Edição Comemorativa

© SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO DIRETOR DA REVISTA

Assessor de Ministro

Teresa Cristina Cesar Osório Ribeiro

Assessor Judiciário

Maria Mônica Valério da Costa Leite

Oficiais de Gabinete

Maria Aparecida Cyrillo Rodrigues

Nely van Boekel

Rossele Silveira Curado

Assistente

Carlos Cardoso de Oliveira

Assistentes

Gerson Prado da Silva

Jéter Rodrigues

Maria Alves Satas

Maria do Socorro Medeiros Ramos

Renata Gonçalves Leão

Sebastiana Alves de Oliveira

Raimunda Pereira de Melo

Estagiário

Renara Hedvigis Simon Vallejos Rioja

Superior Tribunal de Justiça

www.stj.gov.br

Gabinete do Ministro Diretor da Revista

Sector de Administração Federal Sul

Quadra 6 - Lote 1 - Bloco D - 1ª Andar - Sala 124D

Brasília - DF- 70095-900

Telefone (0xx61) 319-6789

Fax (0xx61) 319-6487 - e-mail: revista@stj.gov.br

Editora Consulex Ltda.

SHIS QL 6 - Conjunto 4 - Casa 2

Brasília - DF - 71620-045

Telefone (0xx61) 365-1277

0800-610090

Fax (0xx61) 365-3977 - 365-2407

e-mail: consulex@zaz.com.br

Tiragem 5.000 exemplares

STJ: Dez Anos a Serviço da Justiça: Doutrina – ed. comemorativa – Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999.

425p.

ISBN 85-7248-034-X

1. Direito, coletânea I. Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ)

CDU 34

A Profissão de Magistrado

José de Jesus Filho

Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça

Rui, jurista do final do século passado e do início deste, afirmou que o juiz é o direito tornado homem. Dele é que a comunidade espera a proteção prometida pela lei, sob uma forma abstrata. Se ele souber aplicar bem a norma, todos podem acreditar não apenas no direito, mas também na justiça. Se o juiz não tiver cuidado ao aplicar a lei, o direito se esvai e permanece somente como um sonho. O juiz é a testemunha corpórea da lei. Dele dependem os dois componentes mais sagrados para o ser humano, depois da vida: a liberdade e os bens corpóreos ou materiais. O juiz deve ser o guardião e garantia dos valores maiores da comunidade. Por isso a formação do juiz é tema atual em todo o mundo ocidental. O Magistrado é o defensor da verdade, dentro desse continente que é o processo, repositório maior do dever de justiça. Assim, não devemos temer as leis, se boas ou más, se aplicadas por bons juízes, como afirma **Bergeret**. Mas para atingir a verdade real, necessita o magistrado não só de um conhecimento científico, de uma formação técnica do direito, para o exercício de sua função, mas principalmente conhecimentos oriundos de outros ramos da ciência que por certo lhe emprestarão sensibilidade e visão humanitária, ao mesmo tempo em que lhe permitirá auscultar os anseios da alma humana, reconhecer e avaliar os dramas, as vicissitudes, enfim, adequar a lei à realidade social do momento. Para isto necessita ele de percorrer os caminhos da Filosofia do Direito, da Sociologia Jurídica, da Psicologia Jurídica, da Hermenêutica Jurídica, da Ética e da Metodologia Científica, dentre outros, instrumentos estes eficientes e necessários para o completo desenvolvimento da arte de julgar. Penso ser necessário a todos que pretendam seguir a espinhosa e difícil carreira de magistrado, freqüentar, antes de submeter-se às provas do concurso, a Escola da Magistratura, onde, além de reunir os conhecimentos assinalados, verificar se essa é sua verdadeira vocação profissional.

Na Escola da Magistratura, deve o futuro candidato a juiz, reavaliar e ampliar sua formação científica do direito, mas, sobretudo, aprofundar-se no conhecimento dos outros ramos correlatos, sem os quais a aplicação do direito torna-se extremamente difícil, com risco de injustiça não desejada.

Nessa linha de pensar, indaga-se: é imprescindível que o juiz busque no

conhecimento filosófico as fontes para o desenvolvimento do seu pensamento e da sua convicção? Acredito que sim. As Escolas de Magistratura devem priorizar o ensino da Filosofia como matéria indispensável para a formação integral do juiz. A respeito, disse **Eduardo Prado de Mendonça**, em seu livro *O Mundo Precisa da Filosofia*, 9ª edição, p. 15, que “a Filosofia é justamente uma das maiores forças espirituais que nos impedem de soçobrar na barbárie e nos ajudam a permanecer homem e a vir a sê-lo cada vez mais”. Por sua vez, **José Cretella Júnior**, acentuou em sua obra *Filosofia do Direito*, Edição 1977, p. 214 e seguintes, ser “impossível a formação completa do jurista sem o paralelo preparo filosófico. A formulação dos conceitos, o empreendimento de classificações e divisões, a interpretação dos dispositivos legais, a valoração dos objetos do mundo do direito, a crítica dos princípios em que repousam os institutos, o traçado coerente do regime legal, são iniciativas que só podem ser levadas a bom termo quando alicerçadas por noções precisas da filosofia, que passam, desse modo, a repercutir de maneira sensível no âmbito da jurisprudência”. E concluiu: “a filosofia do direito, complementando a cultura do jurista, fornece-lhe elementos para a reformulação conceitual, esclarecendo-o, por um lado, a respeito de si mesmo, como sujeito cognoscente e atuante, assinalando-lhe, por outro lado, o objeto cognoscível sobre que deve atuar, dando-lhe as coordenadas precisas do mundo jurídico, ilustrando-o a respeito dos graves e profundos problemas que é obrigado a equacionar e resolver”.

Agora, em recente e primoroso artigo publicado na revista *InformAndes*, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, nº 89, p. 12, o Professor de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Emmanuel José Appel, ressalta a necessidade da reimplantação do ensino da filosofia no ensino médio e nos vestibulares das universidades, ensino este retirado das grades curriculares no início dos anos setenta.

Encima seu trabalho com palavras de Frederico Mayor, Diretor-Geral da Unesco, sobre o ensino de Filosofia: “Um ensino de Filosofia amplamente difundido, de forma acessível e pertinente, contribui de maneira essencial para a formação de homens livres. Incita-os, com efeito, a criticar e a julgar por si mesmos, confrontar argumentações, respeitar a palavra dos outros, submeter-se somente à autoridade da razão. Mais ainda: é, incontestavelmente, uma escola de liberdade”.

O Professor Appel constata que “o ensino da Filosofia se estende na medida em que a democracia avança. Não há propriamente ofício filosófico sem sujeitos democráticos e não há como atuar no campo político, consolidar a democracia, quando se perde o direito de pensar. Quem pensa opõe resistência”.

Refere-se à “Declaração de Paris para a Filosofia”, aprovada durante jornada internacional organizada pela Unesco, da qual destaca dois tópicos que se ajustam ao nosso tema, e por isso devem ser reproduzidos:

“a educação filosófica, formando espíritos livres e reflexivos, capazes de resistir às diversas formas de propaganda, fanatismo, exclusão e intolerância, contribui para a paz e prepara cada um a assumir suas responsabilidades face às grandes interrogações contemporâneas, notadamente no domínio da ética.”

E este outro:

“o desenvolvimento da reflexão filosófica, no ensino e na vida cultural, contribui de maneira importante para a formação dos cidadãos, no exercício de sua capacidade de julgamento, elemento fundamental de toda democracia.”

Faço essas reflexões porque desde o início de minha formação acadêmica – 1953, após submeter a uma prova de Filosofia no exame vestibular, senti necessidade de introduzir nos estudos de direito a filosofia do direito, cujo aprendizado tornou-se mais atraente, ao ler os dois volumes da obra do Prof. **João Arruda**, mestre da Faculdade de Direito da USP, intitulada Filosofia do Direito, durante o aprendizado da Introdução à Ciência do Direito, a partir de quando sempre busquei reflexão nessa doutrina, da qual tanto me servi ao aplicar o direito ao fato social, nos meus trinta anos de magistrado.

Por todas essas razões, penso que o ensino da Filosofia do Direito é cada dia mais importante na formação do juiz integral.

De outra parte, algumas palavras sobre o conhecimento sociológico para a boa aplicação do Direito. O Direito é norma? É. É valor? É. Mas também é fato, e sendo assim, não pode se afastar do contexto social.

O juiz deve ser, antes de tudo, um observador social. Deve saber o que se passa ao seu redor. Conhecer os fatos através do contato e convívio com a comunidade. Neste final de século, o que mais se deseja é uma justiça rápida na composição dos litígios. Ouvimos isto a todo instante. Os problemas sociais, econômicos, políticos, envolvendo o fantasma do desemprego, os chamados excluídos; os chamados sem-terra; os chamados sem-teto; os descompassos da vida quotidiana, nos lares, cada dia mais difícil, exigem daquele que vai analisar os fatos dentro de um contexto sócio-econômico e político, profunda meditação sociológica. Envolvendo condições econômicas indefensáveis e privilégios encastelados na ordem vigente, deve o Magistrado

se interessar pelo drama social de seu tempo, perceber a verdadeira dimensão de seu trabalho, receber e tratar com urbanidade, não só os operadores do Direito, na linguagem moderna, mas, ouvir as partes quando procurado. No momento em que isto ocorrer, a comunidade ficará extasiada. Há uma luz para os injustiçados, uma esperança de dias melhores. Em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, o excelente e discutido Sociólogo **Frei Betto** sob o título de Aristóфанes e o Brasil, analisando a conjuntura neoliberal brasileira, traz a distinção do Mestre ateniense, em seu Livro Ploutos, entre Pobreza e a Miséria, temas preocupantes na atualidade conceituando-os: “Pobre é aquele que nunca cessa de trabalhar, nada há de supérfluo em sua casa, porém, nada lhe falta”. Miserável é “o mendigo que nada tem de próprio nem sequer um óbolo” – e num gesto pessimista sinaliza para um crescente aumento de ambas as classes. Este é um fenômeno que não deve passar despercebido pelo juiz.

Conhecendo e convivendo com os dramas sociais, terá ele juiz, enriquecido seu interior, podendo avaliar os dados reais que lhe são colocados às mãos para decidir com absoluta tranqüilidade fazendo a verdadeira justiça. Aliás, ao assim fazer, o magistrado estará cumprindo regra de sociologia inserta na Lei de Introdução ao Código Civil, cujo art. 5º determina:

“Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.”

Princípio este que se harmoniza com o artigo 125 do CPC.

O que dizer da necessidade do juiz conhecer psicologia jurídica como ciência indispensável na condução do processo, seja ele de que natureza for?

Considero-a, também como essencial. O processo sendo instrumento de busca da verdade, a psicologia empresta ao juiz subsídios importantes para bem adequar sua tarefa e permitir-lhe desvendar os mistérios ocultos ou dissimulados quando da produção da prova, tão necessária para sua valoração no julgamento.

Do livro Psicologia Judiciária, 2ª edição de **Enrico Altavilla**, editado em Coimbra, recolhi duas passagens para evidenciar o quanto a matéria é importante, principalmente quando se examina fatos que restringem a liberdade, liberdade esta que além de garantia individual (Constituição Federal, art. 5º, LVII), é um bem precioso da vida.

Disse ele às fls. 81 e seguintes:

“Deve o juiz saber penetrar na alma do réu, descobrir os verdadeiros motivos do crime, de modo a poder reconstituir em que condições psíquicas

ele foi cometido, e saber fixar, com aproximação, em que medida contribuiu o organismo psico-ético e a ocasião, de maneira a transformar uma sentença numa sábia diagnose, que justifique a medida defensiva, como um adequado meio terapêutico.”

Ao dizer que o juiz precisa ter consciência do crime, acrescentou:

“Não é um facto a catalogar, mas aberração de uma personalidade humana, que é preciso explicar, emendar ou imunizar. E o magistrado deverá conhecer essa personalidade, com os seus erros, com as suas anomalias, com as suas deformações, com as suas doenças. E não deverá nunca deixar de escutar os cantos mais recônditos, mesmo quando o crime pareça completamente justificado por uma causa, porque a indagação poderá revelar-lhe que ela foi apenas a ocasião, não sendo por isso, mais que uma causa aparente.”

A edição desta obra é de 1960, mas parece-me atual, porque alguns colegas magistrados, talvez por falta de maiores informações não alcançaram, ainda, a importância da psicologia no desempenho de sua missão.

Altavilla ainda tece algumas advertências aos magistrados para o exercício de função tão delicada e ressalta a necessidade de uma cultura completa de psicologia criminal, de psicologia judiciária e de sociologia criminal ao comparar diversas outras profissões, inclusive a de educador, preocupados com a psicologia aplicada, com a de alguns juízes encerrados em seus gabinetes, pensando que o seu instinto judiciário é capaz de suprir todas as necessidades. Infelizmente, isto ainda é uma verdade.

A psicologia judiciária dá ao juiz a oportunidade de ser um bom instrutor do processo, tanto no crime como no civil. Fornece-lhe técnicas apropriadas para interrogar as partes, inquirir testemunhas, ter um bom relacionamento com os advogados e com o Ministério Público, principalmente agora, com as novidades da reforma do Código o juiz está autorizado no Civil a tentar objetivamente a conciliação (art. 448, CPC), o que somente acontecerá quando os magistrados da justiça comum, puderem, a exemplo dos juízes trabalhistas, tentar amplamente a conciliação e, para tanto, deverá ser revogado o inciso V do artigo 135 do Código. Lembro, ainda, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, onde o juiz deverá exercitar seus conhecimentos de psicologia judiciária, para correta aplicação desses instrumentos valiosos e modernos de realização do direito.

Na formação integral do magistrado devo fazer duas pequenas observa-

ções. Devo dizer da Hermenêutica Jurídica e da Ética Profissional.

A Hermenêutica Jurídica é uma arte ou como querem alguns, uma técnica de interpretar o Direito para exprimir o pensamento real da norma.

É tema que merece reflexão. Lendo a obra *Interpretação e Aplicação das Leis*, de **Francisco Ferrara**, em sua 4ª edição, impressionou-me dentre tantas, esta passagem que para a carreira do juiz pareceu-me de muita valia. Diz ele:

“O juiz é o intermediário entre a norma e a vida; é o instrumento vivo que transforma a regulamentação típica imposta pelo legislador na regulamentação individual das relações dos particulares; que traduz o comando abstrato da lei no comando concreto entre as partes, formulado na sentença. O juiz é a viva **vox uris**.”

Logo, observo a necessidade do juiz aprimorar e por que não dizer, dominar a técnica de aplicar o Direito, utilizando-se de métodos eficazes e não valendo-se apenas do conhecimento técnico do Direito e da língua em que se encontra expressa a norma. Não é sem razão as observações que faço sobre a hermenêutica jurídica. A Constituição Federal, em seu art. 93, IX, estabelece como princípio, que as decisões dos juízes devam ser fundamentadas sob pena de nulidade. E a interpretação da norma, ajustada aos fatos na sentença é que faz do juiz a viva voz do Direito.

Por fim, falo de Ética Profissional.

De nada adianta ao juiz ser profundo conhecedor do Direito e de todas essas ciências afins que acabo de expor, se lhe faltarem atributos morais e éticos na vida particular, em sociedade e no desempenho de sua função.

Nenhum concurso ou escola de magistratura será capaz de transformar personalidades que não contenham os atributos para o exercício do cargo, a não ser desmotivar aqueles que guardem tendências contrárias à ética.

Por todas estas razões é que defendi no início dessas despretensiosas observações, a necessidade de submeter, antes do concurso, à Escola de Magistratura, e o fiz com apoio na linha dos princípios que deverão constar do Estatuto da Magistratura, ditados pelo art. 93 da Constituição Federal. O inciso IV prevê cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento como requisito para ingresso e promoção na carreira.

Seria bom que os candidatos passassem antes pela escola como requisito para o ingresso. As escolas teriam o tempo suficiente para acompanhar e conhecer, do ponto de vista ético, os candidatos a juiz.

Ao lado de todas essas ciências complementares referenciadas, uma deve

ser acrescentada por sua importância: a Ciência Política. Imprescindível ao estudo do Direito Constitucional, direito este em evidência nos dias atuais. Fala-se tanto em norma constitucional, inconstitucional, ações diretas de constitucionalidade, ações diretas de inconstitucionalidade, controle difuso, controle concentrado, dentre outros, mas, todo esse arcabouço do direito para ser realmente entendido e aplicado no momento certo, necessário se faz conhecer, desde logo, os efeitos da norma constitucional no tempo e no espaço, por ser garantia da cidadania, o que só será possível através do estudo da Ciência Política.

O juiz, na sua carreira deve ser, antes de tudo, um abnegado, um cultor do Direito e das ciências que ornaram seu saber e suas decisões. O juiz é um predeterminado. Não é fácil julgar seus semelhantes. O juiz ora decide da liberdade, ora de bens da vida de seus concidadãos. Deve ser discreto para não ser vulgar. Não se preocupar com a publicidade pessoal, mas com a publicidade de seus julgados, que devem orientar e exemplificar a sociedade, como determina o texto constitucional. Deve ser compreensivo com as partes, seus advogados e com o Ministério Público, para que a justiça seja feita.

Este o perfil que desejo para a Magistratura. Assim, nossa profissão será cada vez mais compreendida e respeitada por toda a comunidade.